



## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### PAUTA 010/2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 06 de agosto do corrente ano, terça-feira, às 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

#### 1. REMOÇÃO INTERNA PELO CRITÉRIO DE MERECIMENTO PARA A 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARREIRAS, DE ENTRÂNCIA FINAL.

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	João Ricardo Soares da Costa - Titular da 3ª Promotoria de Justiça de Barreiras (Atuação: Criminal)	5º Quinto	Não	-

#### 2. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECIMENTO PARA A 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARREIRAS, DE ENTRÂNCIA FINAL OU VAGA REMANESCENTE.

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Alex Bezerra Bacelar - Removido em 17/07/2019	5º Quinto	Não	-
2	Luis Eduardo Souza e Silva	5º Quinto	Não	-

#### 3. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECIMENTO PARA A 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARREIRAS, DE ENTRÂNCIA FINAL.

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Anna Karina Omena Vasconcellos Senna	4º Quinto	Não	Compôs 2 vezes



				alternadas
2	Fernando Rodrigues de Assis	4º Quinto	Não	-
3	Fábio Nunes Bastos Leal Guimarães - Removido em 03/10/2018	4º Quinto	Não	-
4	Romeu Gonsalves Coelho Filho	5º Quinto	Não	-
5	Karinny Virgínia Peixoto de Oliveira	5º Quinto	Não	Compôs 1 vez a próxima será consecutiva

**4. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 03ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FEIRA DE SANTANA, DE ENTRÂNCIA FINAL.**

	INSCRITOS
1	Lívia Sampaio Pereira
2	Letícia Queiroz de Castro
3	Ernesto Cabral de Medeiros
4	Tiago Ávila de Souza
5	Ana Carolina Campos Tavares Gomes Freitas
6	Carlos André Milton Pereira
7	Francisco Melo Mascarenhas
8	Mayanna Ferreira Ribeiro Floriano
9	Anna Karina Omena Vasconcellos Senna
10	Helber Luiz Batista
11	Fernando Rodrigues de Assis
12	Fábio Nunes Bastos Leal Guimarães
13	Verena Aguiar Silveira
14	Áviner Rocha Santos
15	Romeu Gonsalves Coelho Filho
16	Karinny Virgínia Peixoto de Oliveira
17	Márcio Bellazzi de Oliveira

**5. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECEMENTO PARA A 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS, DE ENTRÂNCIA FINAL.**

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Patrick Pires da Costa	5º Quinto	Sim	-



2	Frank Monteiro Ferrari	5º Quinto	Sim	-
3	Saulo Murilo de Oliveira Mattos	5º Quinto	Sim	-
4	Rafael Lima Pithon	5º Quinto	Sim	-
5	George Elias Gonçalves Pereira	5º Quinto	Sim	-
6	Rita de Cássia Pires Bezerra Cavalcanti	5º Quinto	Sim	-
7	Thiago Cerqueira Fonseca	5º Quinto	Sim	Compôs 1 vez a próxima será alternada
8	Artur José Santos Rios	5º Quinto	Não	Compôs 1 vez a próxima será alternada
9	Jair Antonio Silva de Lima	5º Quinto	Não	-
10	Igor Clovis Silva Miranda	5º Quinto	Não	-
11	Alex Bezerra Bacelar - Removido em 17/07/2019	5º Quinto	Não	-
12	Luis Eduardo Souza e Silva	5º Quinto	Não	-
13	João Ricardo Soares da Costa	5º Quinto	Não	-

**6. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 08ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VITÓRIA DA CONQUISTA, DE ENTRÂNCIA FINAL.**

	INSCRITOS
1	George Elias Gonçalves Pereira
2	Rita de Cássia Pires Bezerra Cavalcanti
3	Thiago Cerqueira Fonseca
4	Artur José Santos Rios
5	Jair Antonio Silva de Lima
6	Igor Clovis Silva Miranda
7	Alex Bezerra Bacelar - Removido em 17/07/2019
8	Luis Eduardo Souza e Silva
9	João Ricardo Soares da Costa

**7. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CÍCERO DANTAS, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.**

	INSCRITOS
1	Gildásio Rizério de Amorim



8. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.7072/2019, APENSOS PROCEDIMENTOS MINISTERIAIS Nº 003.0.8122/2017 E 003.0.6734/2018. ASSUNTO. TERCEIRO RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES DO CURSO DE MESTRADO. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA ANDRÉA SCAFF DE PAULA MOTA. RELATOR: CONSELHEIRO RICARDO RÉGIS DOURADO.
9. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.11074/2019. APENSO AO PROCEDIMENTO Nº 003.0.266413/2016. ASSUNTO: RELATÓRIO DE ATIVIDADES SEMESTRAIS REFERENTES AO CURSO DE MESTRADO. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA SANSULCE DE OLIVEIRA LOPES FILARDI. RELATOR: CONSELHEIRO RICARDO RÉGIS DOURADO.
10. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº SIMP 003.0.12220/2019, COM ORIGEM NO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE E URBANISMO – CEAMA, APENSO AO PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº SIMP 003.0.7109/2019, COM ORIGEM NO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À MORALIDADE ADMINISTRATIVA – CAOPAM. ASSUNTO: SUGESTÃO DE MODIFICAÇÃO DA SÚMULA 08/2019. RELATORA: CONSELHEIRA REGINA MARIA DA SILVA CARRILHO. VOTOS VISTA: CONSELHEIRO WASHINGTON ARAÚJO CARIGÉ E CONSELHEIRA MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS.
11. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.13525/2019, APENSO AO PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº. 003.0.11749/2018. ASSUNTO: RELATÓRIO DE ATIVIDADES REFERENTES AO CURSO DE DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA ALÍCIA VIOLETA BOTELHO SGADARI PASSEGI. RELATORA: CONSELHEIRA MÁRCIA REGINA DOS SANTOS VIRGENS.

## 12. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA WASHINGTON ARAÚJO CARIGÉ:**

- 12.1. Recurso Administrativo nº 593.9.65213/2019, apenso Procedimento Ministerial nº 593.9.221642/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 12.2. Procedimento Ministerial nº 003.0.159718/2015, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 12.3. Inquérito Civil nº 597.9.103397/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 12.4. Inquérito Civil nº 646.0.164855/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 12.5. Procedimento Ministerial nº 343.0.143799/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Una;
- 12.6. Inquérito Civil nº 681.0.257917/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 12.7. Inquérito Civil nº 003.9.52295/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Consumidor;
- 12.8. Procedimento Ministerial nº 003.0.183690/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;



- 12.9. Inquérito Civil nº 003.0.199831/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 12.10. Inquérito Civil nº 003.9.10914/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 12.11. Inquérito Civil nº 646.0.135946/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 12.12. Inquérito Civil nº 680.0.57175/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 12.13. Inquérito Civil nº 646.0.163273/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 12.14. Procedimento Ministerial nº 022.0.136484/2009, da Promotoria de Justiça de Barra do Mendes;
- 12.15. Procedimento Ministerial nº 035.0.177789/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira.
- 12.16. Inquérito Civil nº 168.0.169035/2011, da Promotoria de Justiça de Medeiros Neto;
- 12.17. Inquérito Civil nº 156.0.53471/2014, da Promotoria de Justiça de Macarani;
- 12.18. Inquérito Civil nº 696.9.195243/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 12.19. Procedimento Ministerial nº 069.9.15661/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 12.20. Procedimento Ministerial nº 003.0.6522/2010, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 12.21. Inquérito Civil nº 600.9.33604/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 12.22. Procedimento Ministerial nº 608.0.116925/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 12.23. Inquérito Civil nº 692.1.33636/2005, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 12.24. Procedimento Ministerial nº 699.1.20827/2006, da Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 12.25. Inquérito Civil nº 694.0.91726/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 12.26. Procedimento Ministerial nº 694.0.143770/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 12.27. Procedimento Ministerial nº 003.9.115393/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 12.28. Procedimento Ministerial nº 003.9.115393/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 12.29. Procedimento Ministerial nº 702.9.147400/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 12.30. Inquérito Civil nº 597.0.39544/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença.

**RELATORA: EXM.<sup>a</sup> SR.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA REGINA MARIA DA SILVA CARRILHO:**

- 12.31. Inquérito Civil nº 593.0.210134/2014, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Barreiras;
- 12.32. Inquérito Civil nº 003.0.208245/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 12.33. Procedimento Ministerial nº 706.0.19717/2009, da 4ª Promotoria de Justiça de Porto Seguro;



- 12.34. Inquérito Civil nº 712.0.54072/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 12.35. Inquérito Civil nº 714.0.42836/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Ibicaraí;
- 12.36. Inquérito Civil nº 003.0.255674/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 12.37. Procedimento Ministerial nº 190.9.147961/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 12.38. Inquérito Civil nº 708.9.48850/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 12.39. Procedimento Ministerial nº 608.0.111761/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 12.40. Inquérito Civil nº 594.0.158689/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Canavieiras;
- 12.41. Inquérito Civil nº 598.0.203288/2011, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 12.42. Inquérito Civil nº 646.0.190527/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 12.43. Inquérito Civil nº 003.0.31099/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 12.44. Inquérito Civil nº 646.0.149313/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 12.45. Inquérito Civil nº 003.9.46743/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor.

**RELATORA: EXM.<sup>a</sup> SR.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DE FÁTIMA CAMPOS DA CUNHA:**

- 12.46. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 001.9.131034/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 12.47. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.198779/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 12.48. Recurso Administrativo nº 003.0.185809/2009 apenso ao Procedimento Ministerial nº 003.0.180040/2009, da Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 12.49. Inquérito Civil nº 712.0.208636/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 12.50. Inquérito Civil nº 598.0.166094/2010, da 10ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 12.51. Inquérito Civil nº 600.0.233264/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 12.52. Inquérito Civil nº 646.0.163687/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 12.53. Inquérito Civil nº 003.9.250622/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 12.54. Inquérito Civil nº 003.0.112996/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
- 12.55. Inquérito Civil nº 003.9.130609/2018, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 12.56. Inquérito Civil nº 593.0.140802/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
- 12.57. Inquérito Civil nº 167.0.108945/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 12.58. Inquérito Civil nº 592.9.175626/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;



- 12.59. Inquérito Civil nº 646.0.206697/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;  
12.60. Inquérito Civil nº 646.0.186895/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;  
12.61. Inquérito Civil nº 590.0.125446/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;  
12.62. Inquérito Civil nº 644.0.51499/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;  
12.63. Procedimento Ministerial nº 003.0.148545/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
12.64. Inquérito Civil nº 003.0.56529/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;  
12.65. Inquérito Civil nº 646.0.89687/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;  
12.66. Inquérito Civil nº 003.9.46104/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;  
12.67. Procedimento Ministerial nº 597.9.103040/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;  
12.68. Procedimento Ministerial nº 597.9.176181/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;  
12.69. Inquérito Civil nº 674.9.40747/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;  
12.70. Inquérito Civil nº 003.0.41835/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;  
12.71. Inquérito Civil nº 003.0.237476/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;  
12.72. Inquérito Civil nº 003.0.170748/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;  
12.73. Inquérito Civil nº 003.0.170542/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;  
12.74. Inquérito Civil nº 003.9.215100/2017, Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;  
12.75. Inquérito Civil nº 646.0.96132/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;  
12.76. Inquérito Civil nº 701.0.218653/2015, da Promotoria de Justiça de Itapetinga;  
12.77. Inquérito Civil nº 593.9.45594/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;  
12.78. Inquérito Civil nº 646.0.136253/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;  
12.79. Inquérito Civil nº 003.0.64650/2009, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;  
12.80. Inquérito Civil nº 709.0.101799/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADIVALDO GUIMARÃES CIDADE:**

- 12.81. Procedimento Ministerial nº 003.0.79771/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
12.82. Procedimento Ministerial nº 003.9.135807/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
12.83. Procedimento Ministerial nº 003.9.185453/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;  
12.84. Procedimento Ministerial nº 608.9.183813/2017, da 5ª Promotoria de Justiça



- de Jequié;
- 12.85. Inquérito Civil nº 646.0.136195/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 12.86. Inquérito Civil nº 646.0.151206/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 12.87. Procedimento Ministerial nº 596.9.136557/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 12.88. Inquérito Civil nº 003.0.114071/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 12.89. Inquérito Civil nº 608.0.154141/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jequié;
- 12.90. Inquérito Civil nº 600.9.147184/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 12.91. Inquérito Civil nº 003.0.100471/2007, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 12.92. Inquérito Civil nº 600.9.52702/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 12.93. Inquérito Civil nº 702.0.78182/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 12.94. Inquérito Civil nº 598.0.21354/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 12.95. Procedimento Ministerial nº 705.9.28897/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 12.96. Inquérito Civil nº 593.0.46661/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 12.97. Procedimento Ministerial nº 598.9.96203/2017, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 12.98. Inquérito Civil nº 598.9.254734/2017, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 12.99. Inquérito Civil nº 190.0.27775/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 12.100. Procedimento Ministerial nº 035.9.72379/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 12.101. Inquérito Civil nº 003.0.49172/2013, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
- 12.102. Inquérito Civil nº 003.9.269770/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 12.103. Procedimento Ministerial nº 608.9.93441/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 12.104. Procedimento Ministerial nº 694.0.65313/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 12.105. Inquérito Civil nº 003.9.10356/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 12.106. Procedimento Ministerial nº 003.9.70560/2018, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 12.107. Procedimento Ministerial nº 003.9.176265/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 12.108. Inquérito Civil nº 681.0.148102/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 12.109. Procedimento Ministerial nº 702.9.145630/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 12.110. Inquérito Civil nº 593.0.73520/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 12.111. Inquérito Civil nº 003.0.175070/2009, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;





- 12.112. Inquérito Civil nº 003.9.215839/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;  
12.113. Inquérito Civil nº 646.0.174814/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;  
12.114. Inquérito Civil nº 647.0.181216/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;  
12.115. Inquérito Civil nº 598.0.153960/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;  
12.116. Procedimento Ministerial nº 003.0.74661/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

**RELATORA: EXM.<sup>a</sup> SR.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS:**

- 12.117. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.74336/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
12.118. Inquérito Civil nº 003.9.155088/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
12.119. Inquérito Civil nº 001.9.1367/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;  
12.120. Inquérito Civil nº 646.0.204675/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;  
12.121. Inquérito Civil nº 003.9.208655/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
12.122. Inquérito Civil nº 254.0.174048/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Real;  
12.123. Inquérito Civil nº 597.0.192492/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;  
12.124. Inquérito Civil nº 646.0.99055/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;  
12.125. Inquérito Civil nº 003.0.84570/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;  
12.126. Inquérito Civil nº 003.0.114779/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em 2 Meio Ambiente com sede em Barreiras;  
12.127. Inquérito Civil nº 704.9.165360/2017, da Promotoria de Justiça de Macaúbas;  
12.128. Inquérito Civil nº 696.9.118926/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;  
12.129. Procedimento Ministerial nº 646.0.55440/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Itabuna;  
12.130. Inquérito Civil nº 003.0.100676/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
12.131. Inquérito Civil nº 003.0.195558/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;  
12.132. Inquérito Civil nº 003.0.11878/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;  
12.133. Inquérito Civil nº 681.0.13215/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;  
12.134. Inquérito Civil nº 003.0.143751/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
12.135. Inquérito Civil nº 596.9.91974/2017, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;  
12.136. Procedimento Ministerial nº 674.0.215911/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;



- 12.137. Inquérito Civil nº 003.0.129897/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 12.138. Inquérito Civil nº 003.0.177629/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;
- 12.139. Procedimento Ministerial nº 003.9.224502/2018, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 12.140. Inquérito Civil nº 702.9.186210/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 12.141. Inquérito Civil nº 596.0.75486/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 12.142. Inquérito Civil nº 646.0.99019/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 12.143. Inquérito Civil nº 003.9.20801/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 12.144. Inquérito Civil nº 003.0.166456/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 12.145. Inquérito Civil nº 003.0.174901/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 12.146. Inquérito Civil nº 003.0.170923/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha.

**RELATORA: EXM.<sup>a</sup> SR.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA ÁUREA LÚCIA SOUZA SAMPAIO LOEPP:**

- 12.147. Recurso Administrativo nº 003.9.95683/2019, apenso Procedimentos nº 003.9.55146/2018, 003.0.22513/2019, 003.9.74920/2019 e 003.9.108778/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 12.148. Inquérito Civil nº 003.0.34160/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 12.149. Inquérito Civil nº 600.0.69378/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 12.150. Inquérito Civil nº 600.0.103865/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 12.151. Inquérito Civil nº 111.0.109120/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Dias D'Ávila;
- 12.152. Inquérito Civil nº 681.0.49094/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 12.153. Inquérito Civil nº 003.9.221374/2018, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 12.154. Inquérito Civil nº 007.0.27210/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 12.155. Inquérito Civil nº 001.0.39506/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 12.156. Inquérito Civil nº 591.9.134801/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 12.157. Procedimento Ministerial nº 59.9.211300/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 12.158. Inquérito Civil nº 600.9.94510/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 12.159. Inquérito Civil nº 698.9.198329/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Irecê;



- 12.160. Procedimento Ministerial nº 069.0.262142/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 12.161. Inquérito Civil nº 003.0.239163/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Real;
- 12.162. Inquérito Civil nº 003.0.148751/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 12.163. Procedimento Ministerial nº 646.0.194601/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 12.164. Inquérito Civil nº 003.1.70372/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 12.165. Procedimento Ministerial nº 600.0.192266/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 12.166. Inquérito Civil nº 003.0.170487/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 12.167. Inquérito Civil nº 190.9.151517/2017, da Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 12.168. Inquérito Civil nº 692.0.54606/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 12.169. Inquérito Civil nº 591.9.164454/2017, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 12.170. Inquérito Civil nº 323.0.102127/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Irará;
- 12.171. Inquérito Civil nº 001.0.196320/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 12.172. Procedimento Ministerial nº 003.9.20679/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 12.173. Inquérito Civil nº 590.9.24067/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 12.174. Inquérito Civil nº 003.0.129974/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 12.175. Inquérito Civil nº 190.0.119078/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 12.176. Procedimento Ministerial nº 003.5.94886/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 12.177. Inquérito Civil nº 190.9.209985/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 12.178. Inquérito Civil nº 021.0.63035/2016, da Promotoria de Justiça de Barra do Choça;
- 12.179. Inquérito Civil nº 003.0.237383/2012, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor.

**RELATORA: EXM.<sup>a</sup> SR.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA MÁRCIA REGINA DOS SANTOS VIRGENS:**

- 12.180. Inquérito Civil nº 012.0.54393/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 12.181. Inquérito Civil nº 598.0.225304/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 12.182. Procedimento Ministerial nº 598.9.224541/2018, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 12.183. Procedimento Ministerial nº 003.0.103722/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 12.184. Procedimento Ministerial nº 003.9.70856/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 12.185. Inquérito Civil nº 600.0.136662/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo



- Antônio de Jesus;
- 12.186. Inquérito Civil nº 598.0.134672/2011, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 12.187. Inquérito Civil nº 598.9.69906/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 12.188. Inquérito Civil nº 003.0.207407/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 12.189. Inquérito Civil nº 003.0.183440/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 12.190. Procedimento Ministerial nº 003.0.79368/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 12.191. Inquérito Civil nº 167.9.50323/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 12.192. Inquérito Civil nº 003.0.53674/2009, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 12.193. Procedimento Ministerial nº 597.0.181510/2008, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 12.194. Inquérito Civil nº 330.0.41420/2008, da Promotoria de Justiça de Teofilândia;
- 12.195. Inquérito Civil nº 598.0.102014/2008, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 12.196. Inquérito Civil nº 001.9.42795/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 12.197. Inquérito Civil nº 003.0.257099/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 12.198. Inquérito Civil nº 331.9.187285/2018, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 12.199. Inquérito Civil nº 600.9.34431/2019, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 12.200. Procedimento Ministerial nº 003.9.120874/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 12.201. Procedimento Ministerial nº 003.9.90771/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 12.202. Inquérito Civil nº 001.9.62192/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 12.203. Inquérito Civil nº 644.0.58822/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 12.204. Inquérito Civil nº 003.0.194147/2016, da 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 12.205. Procedimento Ministerial nº 596.0.138272/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 12.206. Inquérito Civil nº 003.9.158176/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 12.207. Procedimento Ministerial nº 677.9.34914/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 12.208. Procedimento Ministerial nº 003.9.108913/2017, do Grupo de Atuação Especial para Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 12.209. Inquérito Civil nº 600.9.32672/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 12.210. Inquérito Civil nº 681.1.56016/2006, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides



da Cunha;

12.211. Inquérito Civil nº 003.0.73542/2015, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

12.212. Inquérito Civil nº 102.9.161741/2017, da Promotoria de Justiça de Itapitanga;

12.213. Procedimento Ministerial nº 596.9.256790/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

12.214. Inquérito Civil nº 003.0.31489/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

12.215. Procedimento Ministerial nº 190.9.116166/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

12.216. Inquérito Civil nº 003.0.255698/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

12.217. Inquérito Civil nº 003.1.112882/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

12.218. Inquérito Civil nº 591.1.35530/2007, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

12.219. Procedimento Ministerial nº 003.9.112422/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

12.220. Procedimento Ministerial nº 003.9.107422/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

12.221. Inquérito Civil nº 702.0.199545/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

12.222. Procedimento Ministerial nº 646.0.53228/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

12.223. Inquérito Civil nº 596.9.88054/2018, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

12.224. Inquérito Civil nº 003.0.126016/2013, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Vitória da Conquista;

12.225. Inquérito Civil nº 681.0.27724/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;

12.226. Inquérito Civil nº 167.0.19465/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

12.227. Inquérito Civil nº 001.0.84497/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADRIANI VASCONCELOS PAZELLI:**

12.228. Inquérito Civil nº 017.9.190015/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá;

12.229. Procedimento Ministerial nº 697.0.51865/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Guanambi;

12.230. Inquérito Civil nº 608.0.14409/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

12.231. Procedimento Ministerial nº 592.9.76656/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

12.232. Inquérito Civil nº 597.0.39579/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

12.233. Inquérito Civil nº 592.9.44049/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

12.234. Procedimento Ministerial nº 705.9.104131/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;



- 12.235. Inquérito Civil nº 646.0.179834/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;  
12.236. Inquérito Civil nº 696.0.115465/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;  
12.237. Inquérito Civil nº 003.9.233356/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
12.238. Inquérito Civil nº 003.0.106427/2012, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;  
12.239. Procedimento Ministerial nº 597.9.37770/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;  
12.240. Inquérito Civil nº 003.0.109285/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;  
12.241. Inquérito Civil nº 596.9.46415/2018, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;  
12.242. Inquérito Civil nº 646.0.28399/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;  
12.243. Inquérito Civil nº 646.0.55151/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;  
12.244. Inquérito Civil nº 003.9.70817/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;  
12.245. Inquérito Civil nº 674.0.136729/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;  
12.246. Procedimento Ministerial nº 003.0.128550/2016, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;  
12.247. Inquérito Civil nº 646.0.99028/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;  
12.248. Inquérito Civil nº 590.0.217356/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;  
12.249. Inquérito Civil nº 167.0.222813/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA RICARDO RÉGIS DOURADO:**

- 12.250. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 598.9.205772/2018, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;  
12.251. Inquérito Civil nº 345.0.98830/2011, da Promotoria de Justiça de Uruçuca;  
12.252. Procedimento Ministerial nº 597.9.228667/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;  
12.253. Procedimento Ministerial nº 598.9.84919/2017, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;  
12.254. Procedimento Ministerial nº 592.9.191924/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;  
12.255. Procedimento Ministerial nº 592.9.158312/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;  
12.256. Inquérito Civil nº 592.9.179127/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;  
12.257. Inquérito Civil nº 592.9.114963/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;  
12.258. Inquérito Civil nº 592.9.56762/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim.  
12.259. Inquérito Civil nº 167.0.82083/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;



- 12.260. Inquérito Civil nº 190.9.77018/2017, da Promotoria de Justiça de Nazaré;  
12.261. Inquérito Civil nº 001.9.53094/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;  
12.262. Inquérito Civil nº 001.9.58412/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;  
12.263. Inquérito Civil nº 677.0.104029/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;  
12.264. Inquérito Civil nº 001.9.57979/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;  
12.265. Procedimento Ministerial nº 069.9.65910/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;  
12.266. Inquérito Civil nº 003.9.59436/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;  
12.267. Inquérito Civil nº 332.0.182027/2013, da Promotoria de Justiça de Tremendal;  
12.268. Inquérito Civil nº 003.0.114604/2008, da Promotoria de Justiça de Formosa do Rio Preto;  
12.269. Inquérito Civil nº 003.0.125052/2014, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;  
12.270. Inquérito Civil nº 712.0.100296/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Serrinha;  
12.271. Inquérito Civil nº 003.9.46098/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;  
12.272. Inquérito Civil nº 003.9.45264/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;  
12.273. Procedimento Ministerial nº 003.0.212011/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;  
12.274. Inquérito Civil nº 703.9.103196/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;  
12.275. Inquérito Civil nº 598.0.70767/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;  
12.276. Inquérito Civil nº 003.9.177393/2017, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;  
12.277. Inquérito Civil nº 608.0.55041/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié.

### **13. O QUE OCORRER.**

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em 25 de julho de 2019.

**EDIENE SANTOS LOUSADO**  
Procuradora-Geral de Justiça  
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público